

Jornal Oficial

da União Europeia

C 204

47.º ano

Edição em língua
portuguesa

Comunicações e Informações

12 de Agosto de 2004

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
	I <i>Comunicações</i>	
	Comissão	
2004/C 204/01	Taxas de câmbio do euro	1
2004/C 204/02	Comunicação da Comissão em conformidade com o n.º 5, alínea a), do artigo 12.º do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 da Comissão, de 12 de Outubro de 1992, sobre as informações transmitidas pelas autoridades aduaneiras dos Estados-Membros no que respeita à classificação das mercadorias na nomenclatura aduaneira	2
2004/C 204/03	Auxílios Estatais — Polónia — Auxílio C 20/04 (ex NN 25/04) — Auxílios à reestruturação concedidos ao produtor siderúrgico Huta Czeszochowa SA — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE (¹)	6
2004/C 204/04	Comunicação da Comissão no âmbito da execução da Directiva 94/9/CE do Conselho, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros sobre aparelhos e sistemas de protecção destinados a serem utilizados em atmosferas potencialmente explosivas (¹)	14

PT

I

(Comunicações)

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro ⁽¹⁾

11 de Agosto de 2004

(2004/C 204/01)

1 euro =

Moeda	Taxas de câmbio	Moeda	Taxas de câmbio		
USD	dólar americano	1,2233	LVL	lats	0,6605
JPY	iene	135,84	MTL	lira maltesa	0,4263
DKK	coroa dinamarquesa	7,4368	PLN	zloti	4,4226
GBP	libra esterlina	0,66900	ROL	leu	40 671
SEK	coroa sueca	9,2000	SIT	tolar	240,0200
CHF	franco suíço	1,5416	SKK	coroa eslovaca	40,010
ISK	coroa islandesa	87,30	TRL	lira turca	1 788 200
NOK	coroa norueguesa	8,3290	AUD	dólar australiano	1,7167
BGN	lev	1,9559	CAD	dólar canadiano	1,6179
CYP	libra cipriota	0,57930	HKD	dólar de Hong Kong	9,5408
CZK	coroa checa	31,463	NZD	dólar neozelandês	1,8754
EEK	coroa estoniana	15,6466	SGD	dólar de Singapura	2,0951
HUF	forint	247,63	KRW	won sul-coreano	1 411,87
LTL	litas	3,4528	ZAR	rand	7,5649

(¹) Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

Comunicação da Comissão em conformidade com o n.º 5, alínea a), do artigo 12.º do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 da Comissão, de 12 de Outubro de 1992, sobre as informações transmitidas pelas autoridades aduaneiras dos Estados-Membros no que respeita à classificação das mercadorias na nomenclatura aduaneira

(2004/C 204/02)

As informações pautais vinculativas deixam de ser válidas a partir da data em que deixam de ser compatíveis com a interpretação da nomenclatura aduaneira em consequência das seguintes medidas pautais internacionais:

Alterações às Notas Explicativas do Sistema Harmonizado e ao Compêndio de Pareceres de Classificação, aprovadas pelo Conselho de Cooperação Aduaneira (doc. CCA NC0796 — Relatório da 32.ª sessão do Comité do SH):

ALTERAÇÕES DAS NOTAS EXPLICATIVAS, QUE DEVEM SER INTRODUZIDAS EM CONFORMIDADE COM O PROCEDIMENTO PREVISTO NO ARTIGO 8.º DA CONVENÇÃO SOBRE O SH, E PARECERES DE CLASSIFICAÇÃO EMITIDOS PELO COMITÉ DO SH DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS ALFÂNDEGAS

(32.ª SESSÃO DO CSH — NOVEMBRO DE 2003)

DOC. NC0796

Alterações às Notas Explicativas da Nomenclatura anexa à Convenção sobre o SH

Regras gerais para a interpretação	L/26
03.02	L/2
25.05	L/25
28.21	L/26
29.37	L/27
31.05	L/26
38.08	L/26
39.24	L/24
39.26	L/24
40.14	L/24
44.11	L/12
Secção XI geral	L/5
Capítulo 69 sub-capítulo II geral	L/25
76.02	L/13
Capítulo 84 geral	L/26
84.01	L/14
84.05	L/14
84.14	L/14
84.17	L/14
84.19	L/8
84.22	L/14
84.26	L/14
84.28	L/14
84.29	L/14
84.30	L/15

84.33	L/15
84.34	L/15
84.36	L/15
84.39	L/15
84.41	L/16
84.42	L/6
84.43	L/7, L/16
84.45	L/16
84.46	L/16
84.47	L/16
84.48	L/16
84.53	L/16
84.54	L/16
84.58	L/16
84.59	L/16
84.65	L/17
84.67	L/17
84.68	L/17
84.70	L/17
84.72	L/17
84.75	L/17
84.76	L/8
84.79	L/17
84.80	L/17
84.81	L/17
85.04	L/18
85.06	L/18
85.07	L/18
85.09	L/18
85.11	L/18
85.13	L/18
85.14	L/18
85.15	L/18
85.16	L/18
85.17	L/19
85.18	L/19
85.19	L/19
85.20	L/19
85.21	L/19
85.22	L/19
85.23	L/10, L/20
85.25	L/20
85.26	L/20
85.27	L/20

85.28	L/20
85.29	L/20
85.30	L/20
85.31	L/20
85.35	L/20
85.36	L/20
85.37	L/20
85.39	L/20
85.42	L/20
85.43	L/20
87.01	L/21
87.03	L/21
87.04	L/21
87.05	L/21
87.06	L/21
87.07	L/21
87.08	L/21
87.09	L/21
87.10	L/21
87.12	L/21
87.13	L/21
87.14	L/21
87.15	L/21
87.16	L/21
90.01	L/22
90.05	L/22
90.06	L/22
90.07	L/22
90.08	L/22
90.09	L/22
90.10	L/22
90.11	L/23
90.13	L/23
90.14	L/23
90.15	L/23
90.16	L/23
90.17	L/23
90.18	L/23
90.19	L/23

Pareceres de classificação aprovados pelo Comité do SH

0303.79/1	L/2
3207.30/1	L/13
3302.10/1	L/3
3505.10/1 + 3505.10/2	L/4
8418.30/1	L/1
8421.29/1	L/1
8428.90/2	L/1
8462.21 ou 8462.29/1	L/1
8479.89/8	L/1
8483.10/1	L/1
8512.30/1	L/1
8516.60/1	L/9
8525.30/1	L/1
8528.30/2	L/1
8535.90/1	L/28
8702.10/3	L/1
8703.10/1	L/1
9501.00/1	L/1

Para informação sobre estas medidas contacte a Direcção-Geral da Fiscalidade e da União Aduaneira (Rue de la Loi/Wetstraat 200, B-1049 Bruxelas) ou consulte o sítio internet desta Direcção-Geral:

http://europa.eu.int/comm/taxation_customs/index_en.htm

AUXÍLIOS ESTATAIS — POLÓNIA**Auxílio C 20/04 (ex NN 25/04) — Auxílios à reestruturação concedidos ao produtor siderúrgico Huta Czystochowa SA****Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE**

(2004/C 204/03)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 19 de Maio de 2004, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Polónia a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Registo dos Auxílios Estatais
Rue Joseph II 70
B-1000 Bruxelas
Fax: (32-2) 296 12 42.

Estas observações serão comunicadas à Polónia. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO**I. DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DO AUXÍLIO**

1. A Huta Czystochowa SA (a seguir denominada «HCz») é o segundo maior produtor de aço na Polónia e é propriedade a 100 % do Ministério do Tesouro polaco. A HCz regista graves dificuldades financeiras. Como não está em condições de garantir o serviço da sua dívida (cerca de 1,33 mil milhões de zlotis polacos) a maior parte dos seus activos, incluindo todos os activos siderúrgicos, foram hipotecados a favor dos principais credores, nomeadamente organismos públicos.
2. A fim de evitar a liquidação, a HCz foi, por conseguinte, em primeiro lugar objecto de um processo de recuperação, tendo sido criada a Huta Stali Czystochowa Sp z.o.o. (a seguir denominada «HSCz»), uma nova entidade económica, a fim de continuar a produção de aço da HCz e que arrendou ao administrador as instalações de produção da HCz e retomou a maior parte dos trabalhadores. Além disso, a empresa holding pública da HSCz prestou garantias para assegurar o pagamento das facturas do fornecimento de energia.
3. Posteriormente o Governo polaco decidiu que «a empresa seria objecto de uma reestruturação na sequência de uma liquidação», tal como previsto no ponto 5.4 do plano de reestruturação nacional, uma vez que a prossecução da viabilidade da empresa implicaria um volume excessivo de auxílios.
4. No entanto, alguns meses mais tarde, a Agência Polaca de Desenvolvimento Industrial elaborou um plano de reestruturação a fim de evitar o processo de liquidação. O plano baseava-se no diploma relativo aos auxílios públicos a

favor de empresas com uma importância significativa para o mercado laboral e conferia às empresas declaradas em situação de falência uma protecção face à liquidação durante o processo de reestruturação até à sua realização ou à sua conclusão.

5. Este diploma prevê que uma empresa pública, um denominado «operador», assuma a responsabilidade das dívidas de credores públicos. Em troca dos activos, que não se encontram associados à produção (siderúrgica), cujo valor represente pelo menos 25 % do endividamento global, o operador libertará todos os ónus do sector público sobre os activos de produção.
6. Depois de os activos de produção (siderúrgicos) serem libertados das garantias reais detidas pelos credores públicos, os credores privados podem retomá-las, trocando as suas dívidas por participações numa nova empresa (MH), que deterá as instalações de produção (siderúrgica) da HCz. Foi concluído no final de Março de 2004 um acordo preliminar com um investidor estratégico (LNM).

II. APRECIÇÃO DO AUXÍLIO

7. O Protocolo n.º 8 do Tratado de Adesão relativo à reestruturação da indústria siderúrgica polaca⁽¹⁾ proíbe a concessão de auxílios à reestruturação à HCz. Para o efeito, o ponto 18 do Protocolo n.º 8 confere à Comissão o poder de tomar as medidas adequadas tendo em vista exigir da empresa em causa que reembolse qualquer auxílio concedido. Por conseguinte, se se afigurar que foram eventualmente concedidos auxílios suplementares à HCz, a Comissão pode dar início ao procedimento formal de investigação previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE.

⁽¹⁾ JO L 236 de 23.9.2003, p. 948.

8. As principais dúvidas da Comissão dizem respeito à questão de saber se a anulação das dívidas pelas entidades públicas teria sido efectuada em condições normais de mercado. Em conformidade com a jurisprudência constante, um credor privado procuraria obter o pagamento dos montantes que lhe são devidos por um devedor que registasse dificuldades financeiras⁽²⁾. Por conseguinte, quando um devedor, que regista dificuldades financeiras, propõe o reescalonamento das suas dívidas para evitar a liquidação, cada credor deve comparar as vantagens inerentes à obtenção do montante que lhe é oferecido segundo o plano de reestruturação e o montante que obteria previsivelmente no âmbito do processo de liquidação.
9. No caso presente, parece duvidoso que um credor privado que se encontrasse na situação dos credores públicos tivesse aceite o princípio da reestruturação da empresa. Na realidade, as autoridades polacas optaram inicialmente por liquidar a empresa, uma vez que concluíram que a empresa necessitaria de um volume excessivo de auxílios estatais para ser viável. Este raciocínio parece manter-se válido do ponto de vista do Estado no que diz respeito às suas dívidas no âmbito do direito público. Apesar de algumas empresas públicas, que detêm créditos comerciais, não possuírem garantias reais, todas as dívidas no âmbito do direito público estão adequadamente garantidas e o respectivo montante obtido através da liquidação seria de longe superior ao previsto na reestruturação.
10. A Comissão tem dúvidas sobre o argumento apresentado pelas autoridades polacas de que todas as dívidas de direito público deviam ser analisadas conjuntamente.
11. Além disso, a Comissão não está convencida de que os credores públicos obtenham pagamento, tal como indicado pelas autoridades polacas. A Comissão tem dúvidas de que um credor privado na situação dos credores públicos com créditos regidos pelo direito público aceitasse o conjunto proposto de activos não siderúrgicos, uma vez que não foi estabelecido se e quando esses activos podiam ser convertidos em numerário. Pelo contrário, se os credores viessem a utilizar as suas garantias reais sobre os activos siderúrgicos, estes podiam ser convertidos em numerário num espaço de tempo relativamente curto, uma vez que os activos siderúrgicos têm um valor de venda real enquanto empresa em funcionamento.
12. Com base em informações de que a Comissão dispõe, o comportamento dos credores públicos não parece ser idêntico ao que teria um credor privado. Além disso, é permitido questionar por que razão os activos da HCz foram cedidos em arrendamento à HSCz, dado que o administrador da massa falida ou os próprios credores teriam podido explorá-los. Também é duvidoso que um investidor privado tivesse concedido garantias para o funcionamento da HCz, dadas as dificuldades financeiras que a empresa regista.
13. Além disso, tendo em conta a alínea a) do ponto 4 do Protocolo n.º 8, a Comissão tem dúvidas de que a LNM tivesse tido o direito de adquirir as acções da MH e da HCz, enquanto não for excluída a possibilidade de que seja transmitido qualquer auxílio estatal de que o produtor siderúrgico polaco Polskie Huty Stali SA, anteriormente adquirido pela LNM, tenha beneficiado.

(2) Processo C-342/96, Espanha/Comissão, ponto 46; processo 256/97, DMT, ponto 24; processo T-152/99, Hamsa, ponto 167.

CARTA

«Komisja pragnie poinformować Polskę, że po dokonaniu analizy informacji dostarczonych przez władze polskie w sprawie wyżej wymienionej pomocy państwa podjęła decyzję o wszczęciu postępowania w rozumieniu art. 88 ust. 2 Traktatu WE.

I. PROCEDURA

1. W piśmie z 4 sierpnia 2003 r. Komisja zwróciła się z prośbą o różnego rodzaju informacje dotyczące kontroli pomocy państwa w Polsce, w tym ewentualnej pomocy na rzecz restrukturyzacji Huty Częstochowa SA (dalej zwanej "HCz"). Polska udzieliła odpowiedzi pismem z 16 września 2003 r.
2. Dnia 5 września 2003 r. i 1 października 2003 r. kwestia ta była omawiana podczas spotkania technicznego pomiędzy służbami Komisji a władzami polskimi, dotyczącego spraw związanych ze stalą. W piśmie z 8 października 2003 r. Komisja zwróciła się z prośbą o dodatkowe informacje na temat nowej struktury HCz. W piśmie z 17 listopada 2003 r. Komisja przypomniła Polsce, że nie udzielono odpowiedzi na poprzednią prośbę. Polska odpowiedziała pismami z 18 i 27 listopada 2003 r. Ponadto, w wiadomości przesłanej pocztą elektroniczną 8 grudnia 2003 r., Komisja otrzymała kopię planu restrukturyzacji (dalej zwanego "pierwszym planem"). W liście z 8 grudnia 2003 r. Komisja zwróciła się do Polski z prośbą o dodatkowe informacje na temat kontroli pomocy państwa w Polsce. Polska odpowiedziała pismem z 20 stycznia 2004 r.
3. Konsultant odpowiedzialny za monitorowanie programu restrukturyzacji w Polsce dokonał oceny pierwszego planu dla HCz i 23 stycznia 2004 r. przedłożył Komisji wnioski, z których wynika, że nie można wykluczyć udzielenia pomocy państwa.
4. W piśmie przesłanym 29 stycznia 2004 r. Komisja zwróciła się do Polski z prośbą o udzielenie dodatkowych informacji w terminie do 20 lutego 2004 r., aby uniknąć ewentualnego wszczęcia procedury na podstawie informacji znajdujących się w aktach. Polska udzieliła odpowiedzi pismem z 23 lutego 2004 r., które Komisja otrzymała 27 lutego 2004 r. Pismem z 24 marca 2004 r. przesłanym do polskiej Minister ds. Europejskich Komisja przypomniła o swoim zobowiązaniu do wszczęcia postępowania, w przypadku jeżeli nie zostaną wyjaśnione wątpliwości dotyczące pomocy państwa. Dnia 5 kwietnia 2003 r. Komisja otrzymała drogą elektroniczną zmodyfikowaną wersję planu restrukturyzacji (zwanego dalej "drugim planem"), opatrzonego datą 31 marca 2004 r. W związku z powyższym dnia 8 kwietnia 2004 r. miało miejsce kolejne spotkanie między Komisją a władzami polskimi.

II. SZCZEGÓŁOWY OPIS POMOCY

5. HCz jest drugim co do wielkości producentem stali w Polsce. W skład HCz wchodzi stosunkowo nowoczesna stalownia i walcownia blach grubych, w której znajdują się elektryczny piec, urządzenie do odlewania o działaniu ciągłym oraz walcarka do blach grubych z narzędziami wykończającymi. Nominalna zdolność produkcyjna stalowni (produkującej półwyroby, tj. kęsiska płaskie) wynosi 700 000 ton, a walcowni (przetwarzającej półwyroby na wyroby gotowe) – około 1 000 000 ton. Oprócz tego HCz jest właścicielem 14 spółek zależnych, które dostarczają jej dodatkowych usług.

6. HCz należy w 100 % do polskiego Ministerstwa Skarbu Państwa. Kapitał zakładowy spółki wynosi 370 mln PLN (około 70 mln EUR, po kursie 1 EUR = około 4.75 PLN). Na podstawie dostępnych obecnie informacji jest prawdopodobne, że HCz mogła otrzymać różnorodną pomoc państwa od momentu rozpoczęcia procesu restrukturyzacji w 1997 roku.
7. Zgodnie z drugim planem, na dzień 30 czerwca 2003 r. wartość księgowa aktywów spółki wynosiła 723,5 mln PLN (około 150 mln EUR). W roku 2001 obroty spółki wyniosły 956 mln zł (około 200 mln EUR), a stan zatrudnienia – około 5 000 pracowników (HCz zatrudnia bezpośrednio około 2 300 osób).
8. HCz znajduje się w trudnej sytuacji finansowej. Ponieważ nie była w stanie dokonać obsługi swojego długu (który, według danych zawartych w pierwszym i drugim planie, wynosił w 2003 r. około [1] ⁽³⁾ mld PLN, czyli około [...] ⁽⁴⁾ mln EUR), przeważająca część składników jej majątku, w skład której wchodzi wszystkie aktywa stalowe, jest objęta zastawem na rzecz głównych wierzycieli, wśród których znajdują się instytucje publiczne. Drugi plan wymienia następujących wierzycieli:
9. W skład pierwszej grupy wchodzi zobowiązania na rzecz sektora publicznego:
- składki na ubezpieczenie społeczne (dalej zwane “ZUS”, roszczenia wynoszą prawie [...] ⁽⁵⁾ mln PLN ([...] ⁽⁶⁾ mln),
 - podatek od nieruchomości (w wysokości [...] ⁽⁷⁾ mln PLN, na rzecz gminy miejskiej),
 - opłata środowiskowa ([...] ⁽⁸⁾ mln PLN),
 - pożyczka z Funduszu Gwarantowanych Świadczeń Pracowniczych ([...] ⁽⁹⁾ PLN),
 - wpłaty na Państwowy Fundusz Rehabilitacji Osób Niepełnosprawnych ([...] ⁽¹⁰⁾ mln),
 - Urząd Miasta Częstochowy ([...] ⁽¹¹⁾ mln PLN) oraz
 - VAT i inne podatki (urząd skarbowy – [...] ⁽¹²⁾ mln PLN).
10. W skład drugiej grupy wchodzi zobowiązania cywilnoprawne, w ramach których można następnie wyróżnić zobowiązania wobec wierzycieli publicznych i prywatnych. Do pierwszej podgrupy (dalej zwanej: “wierzyciele publiczni posiadający zobowiązania cywilnoprawne”) należą:
- Polskie Sieci Energetyczne SA ([...] ⁽¹³⁾ mln PLN),
 - Zakład Energetyczny Częstochowa SA ([...] ⁽¹⁴⁾ mln PLN),
 - Agencja Rozwoju Przemysłu SA (dalej zwana “ARP”, [...] ⁽¹⁵⁾ mln PLN),
 - PKP Dyrekcja Generalna SA ([...] ⁽¹⁶⁾ mln PLN),
 - Polskie Górnictwo Naftowe i Gazownictwo SA ([...] ⁽¹⁷⁾ mln PLN),
 - Centrala Zbytu Węgla “Węglzbyt” SA ([...] ⁽¹⁸⁾ mln PLN), oraz
 - Kompania Węglowa sp. z o.o. ([...] ⁽¹⁹⁾ mln PLN).
11. Do drugiej podgrupy, a równocześnie trzeciej grupy, należą następujący wierzyciele prywatni:
- [...] ⁽²⁰⁾ mln PLN),
 - [...] ⁽²¹⁾ mln PLN),
 - [...] ⁽²²⁾ mln PLN),
 - [...] ⁽²³⁾ mln PLN),
 - [...] ⁽²⁴⁾ mln PLN), oraz
 - [...] ⁽²⁵⁾ mln PLN).
12. Komisja została również poinformowana o tym, że objęte zabezpieczeniem zostały wyłącznie zobowiązania publiczne wobec wierzycieli publicznych oraz zobowiązania cywilnoprawne wobec wierzycieli prywatnych, natomiast wierzyciele publiczni posiadający wierzycielności handlowe nie korzystają z zabezpieczeń. Wynika to z faktu, iż polski Skarb Państwa takich zabezpieczeń nie wymagał. W drugim planie Polska stwierdza zatem, że w przypadku przeprowadzenia postępowania upadłościowego HCz wierzyciele publiczni posiadający wierzycielności publicznoprawne otrzymaliby spłatę 83,8 % należności (z czego około 90 % otrzymaliby główni wierzyciele, ZUS oraz Urząd Miasta Częstochowa), natomiast wierzyciele publiczni posiadający wierzycielności cywilnoprawne otrzymaliby zaledwie 18,6 %. Ogółem, w wyniku postępowania upadłościowego wszyscy wierzyciele należący do sektora publicznego otrzymaliby średnio spłatę w wysokości 52,5 % ⁽²⁶⁾ należności. Natomiast wierzyciele prywatni otrzymaliby spłatę 52,8 % swoich należności ([...] ⁽²⁷⁾ otrzymałby 76 %, a [...] ⁽²⁸⁾ ponad 90 %, zaś pozostali – 40 % lub mniej).

⁽³⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽⁴⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽⁵⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽⁶⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽⁷⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽⁸⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽⁹⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽¹⁰⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽¹¹⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽¹²⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽¹³⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽¹⁴⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽¹⁵⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽¹⁶⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽¹⁷⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽¹⁸⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽¹⁹⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽²⁰⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽²¹⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽²²⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽²³⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽²⁴⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽²⁵⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽²⁶⁾ Zgodnie z drugim planem restrukturyzacja zobowiązań wobec sektora publicznego doprowadziłaby do spłaty 72,6 % (ZUS 77 %, pozostali 63 %), a restrukturyzacja zobowiązań handlowych – do spłaty 39 %; ogółem 56,5 %.

⁽²⁷⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽²⁸⁾ Objęte tajemnicą służbową.

13. Z powodu zadłużenia 17 października 2002 r. HCz przeszła pod zarząd syndyka. Zarząd spółki zwrócił się z wnioskiem o otwarcie sądowego postępowania układowego z wierzycielami. Wymienione postępowanie wydaje się powodować odroczenie spłaty długów, a jego warunkiem jest przedłożenie planu restrukturyzacji. Zgodnie z informacjami udostępnionymi Komisji procedura ta została zakończona 18 grudnia 2003 r. na skutek umorzenia postępowania.
14. W celu utrzymania ciągłości produkcji Towarzystwo Finansowe Silesia Sp. z o.o. (dalej zwane "TFS", spółka z ograniczoną odpowiedzialnością, w której większość posiada polski Skarb Państwa, działająca w branży produktów stalowych) ustanowiło nowy podmiot gospodarczy – Hutę Stali Częstochowa Sp. z o.o. (dalej zwaną "HSCz"). Nowy podmiot wydzierżawił od syndyka urządzenia do produkcji stali HCz (w tym stalownię, walcownię blach grubych, koksownię i niektóre podstawowe usługi) na sumę 335 mln PLN i zobowiązał się, w umowie dzierżawy, przejść większość pracowników HCz.
15. Nie jest jasne, w jaki sposób i od kogo HSCz otrzymała kapitał operacyjny oraz kiedy i w jaki sposób dokonano opłat za dzierżawę. Uzyskano jedynie potwierdzenie, że w celu dokonania opłat za energię na rzecz PSE TFS udzieliło trzech gwarancji w listopadzie i grudniu 2003 r.
16. Polski Rząd podjął decyzję, co zostało przedstawione w "Programie restrukturyzacji i rozwoju hutnictwa żelaza i stali w Polsce do 2006 r.", przyjętym przez polską Radę Ministrów dnia 25 marca 2003 r. (dalej zwanego "Krajowym Programem Restrukturyzacji"), że «do przeprowadzenia restrukturyzacji HCz konieczne byłoby udzielenie jej pomocy publicznej w wysokości 1 mld zł [...]. Wobec powyższego zakłada się, że HCz zostanie zrestrukturyzowana przez upadłość" (punkt 5.4).
17. Niemniej jednak 21 stycznia 2003 r. HCz wraz z ARP zwróciła się z wnioskiem o otwarcie postępowania restrukturyzacyjnego. Dnia 2 lipca 2003 r. ARP, organ odpowiedzialny za nadzór nad procesem restrukturyzacji, opracował plan restrukturyzacji w celu uniknięcia postępowania likwidacyjnego. Plan jest oparty na Ustawie o pomocy publicznej dla przedsiębiorców o szczególnym znaczeniu dla rynku pracy z października 2002 r., zmienionej w listopadzie 2003 r.⁽²⁹⁾ (dalej zwanej "Ustawą"), która jest jedną z dwóch ustaw włączonych do tzw. pakietu antykryzysowego. W rozumieniu Komisji Ustawa chroni spółki przed upadłością w trakcie restrukturyzacji oraz do chwili przeprowadzenia lub zakończenia restrukturyzacji⁽³⁰⁾.
18. Ponadto, w rozumieniu Komisji, Ustawa przewiduje, że filia ARP, nazywana Operatorem, przyjmuje odpowiedzialność za zobowiązania wobec wierzycieli publicznych. W zamian za aktywa, które nie są związane z produkcją i których wartość wynosi przynajmniej 25 % długu całkowitego, Operator zwolni wszystkie zastawy na aktywach produkcyjnych, nawet wówczas, gdy aktywa objęte zastawem mają wartość wyższą niż aktywa objęte zarządem.
19. W odniesieniu do HCz oznacza to, że Operator, w zamian za zwolnienie wszystkich zastawów wierzycieli publicznych na aktywach stalowych wynikających ze zobowiązań wobec wierzycieli publicznych, przejmie składniki majątku HCz nie związane z produkcją stali. W skład tego majątku wchodzi grunty, których część stanowić będzie park maszynowy oraz akcje firmy energetycznej o nazwie Elsen. Zgodnie z drugim planem umorzone mają zostać wierzytelności publiczne, które narosły do 30 czerwca 2003 r. i wynoszą ogółem [...] ⁽³¹⁾ mln PLN. Stwierdzona wartość księgowa netto otrzymanych w zamian aktywów wynosi około [...] ⁽³²⁾ mln PLN (wartość rynkową określa się na około 223 mln PLN), co stanowi około 62 % zobowiązań. W związku z tym przynajmniej 38 % zobowiązań ma zostać umorzonych⁽³³⁾. Następnie, z upływem czasu, Operator będzie próbował uzyskać jak największą ilość gotówki z tych aktywów. Przyjmuje się, że potrwa to przynajmniej kilka lat.
20. Po "uwolnieniu" stalowych aktywów produkcyjnych od zastawu na rzecz pierwszej grupy wierzycieli publicznych wierzyciele posiadający wierzytelności cywilnoprawne mogą wejść w posiadanie aktywów związanych z produkcją stali. Ma się to odbyć w drodze konwersji wierzytelności (około [...] ⁽³⁴⁾ mln PLN ⁽³⁵⁾) na udziały w nowo powstałej filii HCz, Majątek Hutniczy Sp. z o.o. (dalej zwanej "MH"). MH byłby właścicielem urządzeń do produkcji stali HCz, na które składa się pełne wyposażenie stalowni, walcowni blach grubych oraz budynek administracyjny. Zgodnie z założeniami przedstawionymi w drugim planie wartość stalowych aktywów produkcyjnych wynosi [...] ⁽³⁶⁾ mln PLN ⁽³⁷⁾, co oznacza, że posiadacze wierzytelności cywilnoprawnych musieliby umorzyć 60 % długu.
21. Dnia 13 października 2003 r. HCz podpisała układ ze swoimi wierzycielami komercyjnymi. Komisja rozumie, że Ustawa nakłada obowiązek takiego układu na wszystkich wierzycieli prywatnych, w przypadku gdy zgodę wyraża ponad 50 % wierzycieli prywatnych. Z informacji przekazanych Komisji wynika, że zgodę wyraziło zaledwie 55 % wierzycieli, wśród których znalazło się dziesięciu największych wierzycieli, wobec których HCz posiadała zobowiązania handlowe. Wierzyciele uzyskają około 73 % udziałów w MH za około 40 % swoich zobowiązań (Komisja rozumie, że pozostałe 27 % pozostanie w HCz w celu opłacenia najnowszych długów). W związku z tym będą oni musieli umorzyć około 60 % swoich wierzytelności. Nabycie udziałów w MH przez wierzycieli nastąpi dopiero po uwolnieniu aktywów MH od zastawu nałożonego przez wierzycieli reprezentujących sektor publiczny.

⁽³¹⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽³²⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽³³⁾ Zgodnie z pierwszym planem wierzyciele publiczni mieli możliwość umorzenia pomiędzy 42 % a 73 % niespłaconego długu.

⁽³⁴⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽³⁵⁾ Kwota podana w pierwszym planie wynosiła 845 mln PLN.

⁽³⁶⁾ Objęte tajemnicą służbową.

⁽³⁷⁾ Pierwszy plan zakładał, że wartość stalowych aktywów produkcyjnych jest równa wartości aktualnej dzierżawy w wysokości 335 mln PLN.

22. Polska zamierza sprzedać udziały MH oraz udziały HSCz inwestorowi strategicznemu. W wyniku pierwszej procedury przetargowej koncern LNM N.V. (dalej zwany "LNM") został wybrany przez polskie Ministerstwo Skarbu Państwa jako preferowany oferent i otrzymał wyłączność na negocjacje. Wstępna umowa została parafowana 31 marca 2004 r. ⁽³⁸⁾ Komisja została poinformowana, że umowa musi zostać zaakceptowana przez UE zanim procedura zostanie zamknięta. Komisja rozumie, że polski Skarb Państwa, jako główny akcjonariusz HSCz oraz akcjonariusz MH, uzależnił wyrażenie zgody na sprzedaż akcji od zgody UE w ramach postępowania związanego z pomocą państwa dla HCz. Komisja otrzymała tymczasem wiadomość, że przetarg został unieważniony.

23. Na koniec, pozostałe składniki majątku HCz spółek zależnych świadczących usługi oraz pozostałe aktywa dzierżawione przez HSCz, czyli koksownia oraz główni usługodawcy, przejdą do innej filii HCz, noszącej nazwę Majątek Hutniczy Plus. Spółka ta zostanie, wraz z pozostałymi gruntami znajdującymi się w posiadaniu HCz, przekazana do nowej spółki akcyjnej Regionalny Fundusz Inwestycyjny (dalej zwany "funduszem").

24. Zgodnie z oceną zawartą w drugim planie wartość księgową składników majątku funduszu będzie wynosić 159 mln PLN. Zadaniem funduszu będzie spłata zobowiązań wobec pracowników (20 mln PLN) oraz obsługa długu niepodlegającego restrukturyzacji i wynikającego ze zobowiązań publicznoprawnych po 30 czerwca 2002 r. (117,5 mln PLN, w tym składki na ubezpieczenie społeczne oraz na opiekę zdrowotną).

III. STANOWISKO POLSKI

25. Polska poinformowała Komisję, że decyzja o restrukturyzacji HCz znajduje swoje uzasadnienie w fakcie, że, ze względu na długotrwały i kosztowny charakter postępowania upadłościowego, planowana "kreatywna restrukturyzacja" będzie bardziej opłacalna dla wierzycieli i pozwoli utrzymać dużą liczbę miejsc pracy.

26. Polska przedłożyła opinię prezesa polskiego Urzędu Ochrony Konkurencji i Konsumentów ⁽³⁹⁾ na temat obranego kierunku koncepcji restrukturyzacji, która to opinia była ogólnie pozytywna, pod warunkiem że zostaną spełnione wymogi testu inwestora prywatnego. Miałoby to miejsce w przypadku, gdyby koncepcja restrukturyzacji, między innymi, "doprowadziła do wypracowania maksymalnej ilości środków pieniężnych, które pozwolą na zaspokojenie wierzytelności publicznoprawnych w określonym terminie, w stopniu porównywalnym do zaspokojenia wierzytelności cywilnoprawnych".

27. Po tym jak Komisja zwróciła się z prośbą o dodatkowe informacje określające szczegółowo, dlaczego wierzyciel

prywatny, znajdujący się w sytuacji wierzycieli publicznych, miałby zaakceptować restrukturyzację HCz, Polska utrzymywała, że plan spełnia wymogi testu inwestora prywatnego, ponieważ wierzyciele prywatni i publiczni są zasadniczo traktowani w równy sposób.

28. Na koniec, wraz z drugim planem Polska przedłożyła szczegółową analizę różnic w spłatach zobowiązań w przypadku upadłości i restrukturyzacji. Aktualnie Polska twierdzi, że w przypadku upadłości HCz wierzyciele publiczni otrzymaliby spłatę zaledwie 52,5 % należności, natomiast restrukturyzacja przyniosłaby im 56,5 % spłatę. W każdym przypadku byłby to wynik lepszy niż wynik wierzycieli prywatnych, którzy mieliby otrzymać spłatę należności wynoszącą zaledwie 40,3 % w przypadku restrukturyzacji, a 37,2 % w przypadku upadłości.

IV. OCENA POMOCY

29. Protokół nr 8 do Traktatu o Przystąpieniu "W sprawie restrukturyzacji polskiego hutnictwa żelaza i stali" ⁽⁴⁰⁾ (zwany dalej "Protokołem nr 8") dopuszcza udzielanie pomocy państwa dla celów restrukturyzacji polskiego sektora hutnictwa stali w związku z jego restrukturyzacją w okresie 1997–2006 w wysokości maksymalnie 863 mln EUR (3 387 mln PLN). Protokół uzależnia fakt otrzymania pomocy państwa od spełnienia kilku warunków, między innymi przywrócenia rentowności oraz zobowiązania do obniżenia zdolności produkcyjnych.

30. Niemniej jednak, zgodnie z punktem 3 Protokołu nr 8, pomoc państwa na cele restrukturyzacji może zostać udzielona wyłącznie spółkom wymienionym w załączniku 1. Polska wybrała 8 spółek, które zostały umieszczone na liście. Ani HCz, ani jej filie nie figurują na liście spółek objętych pomocą. W rzeczywistości HCz została usunięta z listy, ponieważ Polska oceniła, że na przywrócenie rentowności spółki potrzebna byłaby pomoc państwa w wysokości 1 mld zł i podjęła decyzję o restrukturyzacji w drodze postępowania upadłościowego.

31. Punkt 6 akapit trzeci Protokołu nr 8 zabrania udzielania jakiegokolwiek dodatkowej pomocy państwa na cele restrukturyzacji polskiego sektora hutnictwa stali. W związku z tym w przypadku, gdy proces monitorowania restrukturyzacji wykaże, że wymienione warunki nie zostały spełnione, ponieważ udzielona została "dodatkowa niezgodna pomoc państwa na rzecz hutnictwa", punkt 18 Protokołu nr 8 daje Komisji uprawnienia do podjęcia "odpowiednich środków, na mocy których każda spółka będzie zobowiązana do zwrotu pomocy otrzymanej" ⁽⁴¹⁾. To postanowienie daje Komisji możliwość wszczęcia formalnej procedury dochodzenia, jako że w przypadku braku szczegółowych postanowień protokołu nr 8 zastosowanie mają zasady ogólne ⁽⁴²⁾.

⁽⁴⁰⁾ Dz.U. L 236 z 23.9.2003, str. 948.

⁽⁴¹⁾ Punkt 18 stanowi: «Jeżeli proces monitorowania wykaże, iż: [...] Polska, w trakcie okresu restrukturyzacji udzieliła dodatkowej niezgodnej pomocy państwa na rzecz hutnictwa i spółek objętych pomocą w szczególności, [...] Komisja podejmie odpowiednie środki, na mocy których każda spółka będzie zobowiązana do zwrotu pomocy otrzymanej z naruszeniem warunków ustanowionych w niniejszym Protokole».

⁽⁴²⁾ Zobacz również punkt 1 Protokołu nr 8, którego brzmienie jest następujące: «nie naruszając postanowień artykułu 87 i 88 Traktatu WE ...».

⁽³⁸⁾ Patrz: <http://www.ispat.com/news/en/2004-March-HCzInitialling-FINAL.pdf>

⁽³⁹⁾ Stanowisko UOKiK z dnia 25.7.2003.

32. W związku z tym, że proces monitorowania wykazuje istnienie podstaw pozwalających przypuszczać, że została udzielona pomoc państwa poza pomocą dozwoloną w ramach Protokołu nr 8, Komisja może wszcząć formalną procedurę dochodzenia przewidzianą w art. 88 ust. 2 Traktatu WE. Procedura ta powinna dotyczyć wszelkiej pomocy udzielonej HCz od 1 stycznia 1997. Zastosowanie ma również rozporządzenie Rady (WE) Nr 659/1999 ustanawiające szczegółowe zasady stosowania art. 93⁽⁴³⁾.
33. Zgodnie z art. 87 ust. 1 Traktatu WE pomoc państwa, czyli wszelka pomoc przyznawana przez Państwo Członkowskie lub przy użyciu środków publicznych w jakiegokolwiek formie, która zakłóca lub grozi zakłóceniem konkurencji poprzez sprzyjanie niektórym przedsiębiorstwom, jest niezgodna ze wspólnym rynkiem w zakresie, w jakim wpływa na wymianę handlową między Państwami Członkowskimi. Artykuł 86 ust. 1 Traktatu WE precyzuje, że art. 87 Traktatu WE ma zastosowanie również do przedsiębiorstw publicznych, tj. do przedsiębiorstw kontrolowanych przez państwo.
34. Blacha stalowa gruba jest produktem wykorzystywanym w przemyśle stoczniowym i przedmiotem szeroko rozwiniętej wymiany handlowej w całej Europie. Wszelka tego rodzaju pomoc udzielona przez Polskę mogłaby zatem zakłócać konkurencję, sprzyjając niektórym przedsiębiorstwom, oraz wpływać na wymianę handlową między Państwami Członkowskimi.
35. HCz uzyskuje dzięki działaniom Polski przewagę konkurencyjną, jako że umorzenie jej długów przez polskie władze stanowi utracone dochody wierzycieli publicznych. Niemniej jednak, zgodnie z tradycyjnym orzecznictwem, środki publiczne stanowią pomoc państwa w rozumieniu art. 87 Traktatu WE jedynie wówczas, gdy otrzymujące je przedsiębiorstwo uzyskuje przewagę konkurencyjną, której nie uzyskałoby w normalnych warunkach rynkowych. W rzeczywistości ustalono, że prywatny inwestor może realizować politykę strukturalną, w ramach której kieruje się długoterminowymi perspektywami rentowności zainwestowanego kapitału. Jednak, z drugiej strony, jak wynika z istniejącego orzecznictwa, prywatny inwestor starałby się raczej uzyskać spłatę sum zaległych od dłużnika znajdującego się w trudnej sytuacji finansowej w rozsądnym przedziale czasu⁽⁴⁴⁾.
36. Dlatego też, jeżeli dłużnik znajdujący się w trudnej sytuacji finansowej proponuje restrukturyzację długu w celu uniknięcia likwidacji, każdy wierzyciel musi dokładnie porównać sumę proponowaną w ramach planu restrukturyzacji i sumę możliwą do uzyskania w drodze postępowania upadłościowego. Na jego decyzje wpływa wiele
- czynników wynikających z natury posiadanych zabezpieczeń, w szczególności fakt, czy wierzyciel posiada hipoteki, czy tylko niezabezpieczone roszczenia, które są bezwartościowe, ponieważ roszczenia zabezpieczone pochłoną wszystkie pozostałe zasoby⁽⁴⁵⁾. Komisja ma wątpliwości co do poprawności łącznej wyceny zobowiązań wobec podmiotów publicznych.
37. Aktualny plan restrukturyzacji rodzi poważne wątpliwości co do tego, czy przedsiębiorstwo otrzymujące pomoc – HCz – byłoby w stanie uzyskać restrukturyzację długu oraz jego umorzenie na normalnych warunkach rynkowych.
38. Po pierwsze, wydaje się wątpliwe, by znajdując się w sytuacji wierzycieli publicznych, prywatny wierzyciel w ogóle zgodził się na restrukturyzację spółki. W rzeczywistości polskie władze początkowo skłaniały się ku przeprowadzeniu postępowania upadłościowego wobec spółki, dochodząc do wniosku, że przywrócenie jej rentowności wymagałoby udzielenia zbyt znaczącej pomocy państwa.
39. Wydaje się, że rozumowanie to ma nadal zastosowanie z punktu widzenia państwa w odniesieniu do zobowiązań o charakterze publicznoprawnym, ponieważ są one dobrze zabezpieczone, a stopień ich spłaty, w przypadku postępowania upadłościowego, jest dużo wyższy niż w przypadku restrukturyzacji. Aktualnie Komisja nie może przyjąć argumentu Polski, zgodnie z którym łączna wycena wszystkich wierzycieli publicznych, czyli obejmujących zobowiązania wobec państwa oraz zobowiązania cywilnoprawne wobec przedsiębiorstw publicznych, mogłaby wskazywać na fakt, że restrukturyzacja jest dla państwa rozwiązaniem lepszym niż upadłość spółki. Ponadto, Komisja nie ma pewności co do tego, czy fakt, że spółki państwowe świadczyły usługi na rzecz spółki znajdującej się w trudnej sytuacji, nie poszukując zabezpieczenia na swoje należności, nie stanowi sam w sobie pomocy państwa.
40. Po drugie, Komisja nie jest przekonana, że spłacone zostaną należności wszystkich wierzycieli publicznych, tak jak to przedstawiają polskie władze. Komisja ma wątpliwości co do tego, czy wierzyciel prywatny w sytuacji wierzycieli publicznych, posiadający wierzycielskie publicznoprawne, byłby gotów zaakceptować różnorodne aktywa inne niż stalowe, nie jest bowiem jasne, czy i kiedy aktywa te można będzie wymienić na gotówkę. Z drugiej strony, Komisja ma wrażenie, na podstawie danych przedstawionych w pierwszym planie restrukturyzacji, że większość zobowiązań publicznych jest zabezpieczona na aktywach związanych z produkcją stali. Aktywa te można wymienić na gotówkę w stosunkowo krótkim okresie, ponieważ biorąc pod uwagę zainteresowanie ze strony kilku międzynarodowych koncernów stalowych, aktywa stalowe mają realną wartość handlową jako wartość firmy w trakcie prowadzenia działalności.

⁽⁴³⁾ Dz.U. L 83 z 27.3.1999, str. 1.

⁽⁴⁴⁾ Sprawa C-342/96 Hiszpania v Komisja, paragraf 46; Sprawa 256/97 DMT, paragraf 24; Opinia Rzecznika Generalnego w Sprawie 256/97 DMT, paragraf 38; Sprawa T-152/99 Hamsa, paragraf 167.

⁽⁴⁵⁾ Sprawa T-152/99 Hamsa, paragraf 168.

41. Jedynym zasadnym wyjaśnieniem zachowania wierzycieli publicznych wydaje się być Ustawa (o pomocy publicznej dla przedsiębiorców o szczególnym znaczeniu dla rynku pracy), która zobowiązuje wierzycieli publicznych do zwolnienia zastawu z aktywów stalowych. Obowiązek ten nałożony jest na wierzycieli publicznych i na obecnym etapie postępowania Komisja uważa, że to zachowanie nie jest zgodne z zasadą inwestora prywatnego.
42. Ponadto nie jest jasne, dlaczego aktywa HCz zostały oddane HSCz w dzierżawę. W zasadzie wierzyciele publiczni lub zarządca mogli nadal samodzielnie obsługiwać aktywa stalowe, jeżeli miałyby to być korzystne dla wierzycieli i mogłoby pozwolić na dokonanie sprzedaży składników majątku wolnych od jakichkolwiek zobowiązań wynikających z dzierżawy.
43. Poza tym, biorąc pod uwagę trudną sytuację finansową spółki, wątpliwe jest również, czy inwestor prywatny udzieliłby gwarancji, tak jak to uczyniło TFS dla HCz/HSCz⁽⁴⁶⁾. Istnieją zatem wątpliwości co do tego, czy działalność HSCz odbywała się bez pomocy państwa.
44. Istnieją również poważne wątpliwości co do tego, czy w normalnych warunkach rynkowych mogłoby dojść do umorzenia długu publicznego, do podpisania umowy dzierżawy z HSCz oraz udzielenia gwarancji dla HCz/HSCz. Może to zatem stanowić pomoc państwa w rozumieniu art. 87 ust. 1 Traktatu WE.
45. Jest oczywiste, że HCz i HSCz zajmują się produkcją stali. Blacha stalowa gruba (i kęsiska płaskie) to produkty stalowe w rozumieniu załącznika 1 do Traktatu EWWiS oraz załącznika B do Komunikatu Komisji w sprawie wielosektorowych zasad ramowych dotyczących pomocy regionalnej dla dużych projektów inwestycyjnych⁽⁴⁷⁾.
46. W związku z powyższym, beneficjentem opisywanej pomocy jest producent stali. W rzeczywistości restrukturyzacja długu odbywa się poprzez restrukturyzację spółki HCz, przy zgodzie wierzycieli publicznych na zwolnienie zastawu w zamian za uzyskanie kontroli nad składnikami majątku innymi niż stalowe. Restrukturyzacja długu odbywa się na korzyść HCz, która w przeciwnym wypadku zostałaby postawiona w stan upadłości⁽⁴⁸⁾. W dodatku HSCz może obsługiwać aktywa stalowe tylko dlatego, że HCz nie została zlikwidowana.
47. Na podstawie informacji, jakimi dysponuje Komisja, zachowanie wierzycieli publicznych nie wydaje się być zachowaniem wierzyciela prywatnego. W związku z tym istnieją wystarczające podstawy, by podejrzewać, że mogła zostać udzielona dodatkowa pomoc państwa na restrukturyzację sektora hutnictwa stali z naruszeniem warunków ustanowionych w Protokole nr 8.
48. Tego rodzaju pomoc państwa byłaby niezgodna ze wspólnym rynkiem, ponieważ punkt 6 akapit 3 Protokołu nr 8 zabrania jakiegokolwiek pomocy na cele restrukturyzacji dla polskiego przemysłu stalowego, innej niż ta wyraźnie określona w punkcie 3⁽⁴⁹⁾.
49. Ponadto, jeżeli w stosunku do HCz nie zostanie przeprowadzone postępowanie upadłościowe, jak to zostało przedstawione w KPR, Komisja wątpi, czy takie zaniechanie jest zgodne z punktem 1 drugi akapit i punktem 6 Protokołu nr 8, jeżeli nie osiągnięto porozumienia w odniesieniu do zmiany KPR na mocy punktu 10 Protokołu nr 8.
50. Na koniec, w świetle punktu 4 lit. a) Protokołu nr 8 i ze względu na brak jakichkolwiek szczegółowych informacji w sprawie nabycia udziałów MH i HSCz, Komisja ma wątpliwości, czy LNM będzie miał prawo do ich nabycia, dopóki nie zostanie wykluczone, że żadna pomoc państwa nie zostanie przekazana przez polskiego producenta stali Polskie Huty Stali SA, które zostały wcześniej nabyte przez LNM⁽⁵⁰⁾.

V. WNIOSKI

51. Niniejszą decyzję uważa się za decyzję o wszczęciu formalnej procedury dochodzenia w rozumieniu art. 88 ust. 2 Traktatu WE i rozporządzenia Rady (WE) nr 659/1999. Komisja, działając zgodnie z procedurą ustanowioną w art. 88 ust. 2 Traktatu WE, zwraca się do Polski z prośbą o przedstawienie swoich uwag i dostarczenie wszelkich informacji, które mogłyby być użyteczne do celów oceny pomocy, w terminie jednego miesiąca od dnia otrzymania niniejszego pisma. W szczególności informacje powinny zawierać:
- Szczegółowe wyjaśnienie dotyczące wielkości i celów wszelkich środków pomocy państwa udzielonych przez Polskę na rzecz HCz od 1997 roku.
 - Wyjaśnienie dotyczące aktualnego działania HSCz, sposobu finansowania działalności bieżącej, oraz informacji na temat tego, czy otrzymuje ona jakąkolwiek pomoc państwa. Na przykład, w jaki sposób HCz finansuje swoje dostawy energii i jakie są warunki udzielania gwarancji na rzecz HSCz za długi wobec PSE.
 - Szczegółowe wyjaśnienie dotyczące postępowania układowego, włącznie z informacją o decyzjach dotyczących jego otwarcia i zamknięcia.
 - Szczegółowe wyjaśnienie dotyczące decyzji rządu w sprawie zobowiązania ustanowionego w punkcie 5.4 KPR w sprawie przeprowadzenia postępowania upadłościowego HCz oraz informacje o tym, kiedy dokładnie została ona podjęta.

⁽⁴⁶⁾ Opinia Rzecznika Generalnego w Sprawie C-276/02 Hiszpania v Komisja, paragraf 40.

⁽⁴⁷⁾ Dz.U. C 70 z 19.3.2002, str. 8.

⁽⁴⁸⁾ W rzeczywistości pierwszy plan wydaje się sugerować, że Operator, który zajmuje się administracją roszczeń państwowych jako firma nieprodukująca stali, umarza długi. Rola Operatora zaczyna się jednak dopiero po dokonaniu restrukturyzacji długów.

⁽⁴⁹⁾ Miałyby to również zastosowanie w przypadku braku Protokołu nr 8, ponieważ punkt 1 Komunikatu Komisji w sprawie pomocy doraźnej i na restrukturyzację oraz pomocy na zamknięcie działalności w sektorze stalowym (Dz.U. C 70 z 19.3.2002, str. 8) stwierdza, że pomoc na cele restrukturyzacji w sektorze hutnictwa stali jest niezgodna ze wspólnym rynkiem.

⁽⁵⁰⁾ Patrz: decyzja Komisji PHS/LNM z dnia 5 lutego 2004 r., COMP/M 3326; PHS jest beneficjentem w rozumieniu Protokołu nr 8, ponieważ znajduje się na liście w załączniku 1.

- Wszelkie dodatkowe wyjaśnienia dotyczące postępowania restrukturyzacyjnego oraz Ustawy o pomocy publicznej dla przedsiębiorców o szczególnym znaczeniu dla rynku pracy z października 2002 r. W szczególności, wyjaśnienia dotyczące różnic w skutkach prawnych, które dotychczas nie zostały wspomniane, pomiędzy restrukturyzacją a upadłością przeprowadzoną zgodnie z prawem upadłościowym. Ponadto, wymagana jest szczegółowa lista wierzycieli, którzy wyrazili zgodę na restrukturyzację, i tych, którzy jej nie wyrazili, szczególnie w celu umożliwienia ustalenia, czy banki, takie jak Kredyt Bank SA, które w przypadku przeprowadzenia postępowania upadłościowego uzyskałyby wyższą spłatę, wyraziły zgodę, a jeżeli tak, to dlaczego.
 - Wyjaśnienie dotyczące wszelkich głównych wierzytelności oraz ich rozwoju po otwarciu postępowania układowego. Potwierdzenie, że długi narosłe po 30 czerwca 2002 r. nie zostaną objęte restrukturyzacją. Ponadto niezbędne jest wyjaśnienie dotyczące sposobu naliczania odsetek od wierzytelności oraz czy w skład zobowiązań przedstawionych w załączniku do drugiego planu wchodzi odsetki dla wierzycieli prywatnych oraz (komercyjnych) wierzycieli publicznych.
 - Szczegółowe wyjaśnienie dotyczące zabezpieczeń ze wskazaniem wierzytelności, których składników majątku one dotyczą.
 - Wyjaśnienie dotyczące sprzedaży HCz, w szczególności ceny, którą płaci LNM, w jaki sposób został zorganizowany przetarg i jakie były najważniejsze wymagania stanowiące o wyborze oferenta. Ponadto, jakie są gwarancje, że, jeżeli LNM zakupi HCz, nie zostanie przekazana żadna pomoc państwa na rzecz HCz z PHS.
 - Wyjaśnienie, dlaczego aktywa przekazane Operatorowi oraz aktywa pozostające w Regionalnym Funduszu Inwestycyjnym SA są warte 203 mln / 159 mln PLN.
52. Komisja zwraca się do Polski z prośbą o natychmiastowe przekazanie kopii niniejszego listu potencjalnemu odbiorcy pomocy.
 53. Komisja pragnie przypomnieć Polsce, że art. 88 ust. 3 Traktatu WE ma skutek zawieszający i zwraca uwagę na art. 14 rozporządzenia Rady (WE) nr 659/1999, który stanowi, że wszelka pomoc udzielona beneficjentowi bezprawnie może zostać rewindykowana.
 54. Komisja poinformuje zainteresowane strony, publikując niniejsze pismo oraz jego znaczące streszczenie w Dzienniku Urzędowym Unii Europejskiej. Poinformuje również zainteresowane strony w krajach EFTA, będące sygnatariuszami Porozumienia EOG, publikując zawiadomienie w Suplemencie EOG do Dziennika Urzędowego Unii Europejskiej, oraz poinformuje Urząd Nadzoru EFTA, przesyłając kopię niniejszego pisma. Wszystkie zainteresowane strony zostaną zaproszone do przedkładania swoich uwag w terminie jednego miesiąca od dnia takiej publikacji.»
-

Comunicação da Comissão no âmbito da execução da Directiva 94/9/CE do Conselho, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros sobre aparelhos e sistemas de protecção destinados a serem utilizados em atmosferas potencialmente explosivas

(2004/C 204/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(Publicação dos títulos e referências das normas harmonizadas ao abrigo da directiva)

Organismo Europeu de Normalização (1)	Referência e título da norma	Documento de referência	Referência da norma anulada ou substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma anulada ou substituída Nota 1
CEN	EN 1127-1:1997 Segurança de máquinas — fogo e explosões — parte 1: prevenção e protecção contra explosões		NENHUMA	
CEN	EN 1127-2:2002 Atmosferas explosivas — Prevenção e protecção contra a explosão — parte 2: Conceitos básicos e metodologia em exploração mineira		NENHUMA	
CEN	EN 1755:2000 Segurança dos carros de movimentação de cargas — funcionamento em atmosferas explosivas devidas à presença de gás, de vapores e poeiras inflamáveis		NENHUMA	
CEN	EN 1834-1:2000 Motores alternativos de combustão interna — requisitos de segurança para o projecto e construção de motores para funcionar em atmosferas explosivas — parte 1: motores do grupo II utilizados em atmosferas de gás e vapores inflamáveis.		NENHUMA	
CEN	EN 1834-2:2000 Motores alternativos de combustão interna — requisitos de segurança para o projecto e construção de motores para funcionar em atmosferas explosivas — parte 2: motores do grupo I utilizados em trabalhos subterrâneos em atmosferas altamente explosivas (atmosferas grisutadas) com ou sem poeiras inflamáveis)		NENHUMA	
CEN	EN 1834-3:2000 Motores alternativos de combustão interna — requisitos de segurança para o projecto e construção de motores para funcionar em atmosferas explosivas — parte 3: motores do grupo II utilizados em atmosferas com poeiras inflamáveis.		NENHUMA	
CEN	EN 1839:2003 Determinação de limites de explosão de gases e vapores		NENHUMA	
CEN	EN 12874:2001 Pára-chamas — requisitos de desempenho, métodos de ensaio e limites de utilização		NENHUMA	

Organismo Europeu de Normalização (1)	Referência e título da norma	Documento de referência	Referência da norma anulada ou substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma anulada ou substituída Nota 1
CEN	EN 13012:2001 Estações de serviço — construção e desempenho das pistolas automáticas de enchimento utilizadas nos distribuidores de carburantes		NENHUMA	
CEN	EN 13160-1:2003 Sistemas de detecção de fugas — parte 1: princípios gerais		NENHUMA	
CEN	EN 13237:2003 Atmosferas potencialmente explosivas — termos e definições para os aparelhos e sistemas de protecção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas		NENHUMA	
CEN	EN 13463-1:2001 Equipamento não eléctrico para utilização em atmosferas potencialmente explosivas — parte 1: método básico e requisitos		NENHUMA	
CEN	EN 13463-5:2003 Parte 12: requisitos para equipamentos de queima em grelha para combustíveis sólidos da caldeira — Parte 5: protecção por segurança construtiva «c»		NENHUMA	
CEN	EN 13463-8:2003 Aparelhos não eléctricos destinados a utilização em atmosferas explosivas — parte 8: protecção por imersão num líquido «k»		NENHUMA	
CEN	EN 13673-1:2003 Determinação da pressão máxima de explosão e da velocidade máxima de aumento da pressão em gases e vapores — parte 1: determinação da pressão máxima de explosão		NENHUMA	
CEN	EN 13760:2003 Sistemas de enchimento de GPL auto para veículos ligeiros e pesados — bocal, ensaios e dimensões		NENHUMA	
CEN	EN 13821:2002 Determinação da energia mínima de ignição das misturas poeiras/ar		NENHUMA	
CEN	EN 13980:2002 Atmosferas explosivas — aplicações de sistemas de qualidade		NENHUMA	

Organismo Europeu de Normalização ⁽¹⁾	Referência e título da norma	Documento de referência	Referência da norma anulada ou substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma anulada ou substituída Nota 1
Cenelec	EN 50014:1997 Equipamento eléctrico para atmosferas potencialmente explosivas — Regras gerais Emenda A1:1999 à EN 50014:1997 Emenda A2:1999 à EN 50014:1997		NENHUMA Nota 3 Nota 3	— — —
Cenelec	EN 50015:1998 Equipamento eléctrico para atmosferas potencialmente explosivas — imersão em óleo «o»		NENHUMA	—
Cenelec	EN 50017:1998 Equipamento eléctrico para atmosferas potencialmente explosivas — enchimento pulverulento «q»		NENHUMA	—
Cenelec	EN 50018:2000 Equipamento eléctrico para atmosferas potencialmente explosivas — invólucro antideflagrante «d» Emenda A1:2002 à EN 50018:2000		NENHUMA Nota 3	— Expirou (30.6.2003)
Cenelec	EN 50019:2000 Equipamento eléctrico para atmosferas potencialmente explosivas — segurança aumentada «e» + Emenda 04.2003		NENHUMA	-
Cenelec	EN 50020:2002 Equipamento eléctrico para atmosferas potencialmente explosivas — segurança intrínseca «i»		NENHUMA	—
Cenelec	EN 50021:1999 Equipamento eléctrico para atmosferas potencialmente explosivas — tipo de protecção «n»		NENHUMA	—
Cenelec	EN 50104:1998 Equipamento eléctrico para detecção e medição de oxigénio — regras de desempenho e métodos de ensaio		NENHUMA	—
Cenelec	EN 50104:2002 Aparelhos eléctricos de detecção e medição de oxigénio — Requisitos de funcionamento e métodos de ensaio Emenda A1:2004 à EN 50104:2002		EN 50104:1998 Nota 2.1 Nota 3	1.2.2005 1.8.2004
Cenelec	EN 50241-1:1999 Especificação para aparelhos de circuito aberto usados na detecção de gases e vapores combustíveis ou tóxicos — parte 1: requisitos gerais e métodos de ensaio Emenda A1:2004 à EN 50241-1:1999		NENHUMA Nota 3	— 1.8.2004

Organismo Europeu de Normalização (1)	Referência e título da norma	Documento de referência	Referência da norma anulada ou substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma anulada ou substituída Nota 1
Cenelec	EN 50241-2:1999 Especificação para aparelhos de circuito aberto usados na detecção de gases e vapores combustíveis ou tóxicos — parte 2: regras de desempenho para aparelhos de detecção de gases combustíveis		NENHUMA	—
Cenelec	EN 50281-1-1:1998 Aparelhagem eléctrica para utilização em presença de poeira combustível — parte 1-1: aparelhagem eléctrica protegida por invólucros — construção e ensaio + Rectificação 08.1999 Emenda A1:2002 à EN 50281-1-1:1998		NENHUMA Nota 3	— 1.12.2004
Cenelec	EN 50281-1-2:1998 Aparelhagem eléctrica para utilização em presença de poeira combustível — parte 1-2: aparelhagem eléctrica protegida por invólucros — selecção, instalação e manutenção + Rectificação 12.1999 Emenda A1:2002 à EN 50281-1-2:1998		NENHUMA Nota 3	— 1.12.2004
Cenelec	EN 50281-2-1:1998 Equipamento eléctrico para utilização em presença de poeira combustível — parte 2-1: métodos de ensaio — métodos para determinação das temperaturas mínimas de ignição da poeira		NENHUMA	—
Cenelec	EN 50284:1999 Regras especiais para a construção, ensaio e marcação de equipamento eléctrico do grupo II, categoria 1 G		NENHUMA	—
Cenelec	EN 50303:2000 Equipamento destinado a permanecer em funcionamento em atmosferas tornadas perigosas por gases inflamáveis e/ou pó de carvão, grupo I, categoria M1		NENHUMA	—
Cenelec	EN 60079-7:2003 Equipamento eléctrico para atmosferas explosivas gasosas — parte 7: segurança aumentada «e»	IEC 60079-7:2001	EN 50019:2000 Nota 2.1	1.7.2006
Cenelec	EN 60079-15:2003 Material eléctrico para atmosferas explosivas de gás — parte 15: tipo de protecção «n»	IEC 60079-15:2001 (Modificada)	EN 50021:1999 Nota 2.1	1.7.2006

Organismo Europeu de Normalização ⁽¹⁾	Referência e título da norma	Documento de referência	Referência da norma anulada ou substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma anulada ou substituída Nota 1
Cenelec	EN 61779-1:2000 Aparelhos eléctricos para detecção e medição de gases inflamáveis — parte 1: requisitos gerais e métodos de ensaio Emenda A11:2004 à EN 61779-1:2000	IEC 61779-1:1998 (Modificada)	EN 50054:1998 Nota 2.1 Nota 3	Expirou 1.8.2004
Cenelec	EN 61779-2:2000 Aparelhos eléctricos para detecção e medição de gases inflamáveis — parte 2: regras de aptidão ao uso para aparelhos do grupo I que podem indicar fracções de volume até 5 % de metano no ar	IEC 61779-2:1998 (Modificada)	EN 50055:1998 Nota 2.1	Expirou (30.6.2003)
Cenelec	EN 61779-3:2000 Aparelhos eléctricos para detecção e medição de gases inflamáveis — parte 3: regras de aptidão ao uso para aparelhos do grupo I que podem indicar fracções de volume até 100 % de metano no ar	IEC 61779-3:1998 (Modificada)	EN 50056:1998 Nota 2.1	Expirou (30.6.2003)
Cenelec	EN 61779-4:2000 Aparelhos eléctricos para detecção e medição de gases inflamáveis — parte 4: regras de aptidão ao uso para aparelhos do grupo II que podem indicar fracções de volume até 100 % do limite explosivo inferior	IEC 61779-4:1998 (Modificada)	EN 50057:1998 Nota 2.1	Expirou (30.6.2003)
Cenelec	EN 61779-5:2000 Aparelhos eléctricos para detecção e medição de gases inflamáveis — parte 5: regras de aptidão ao uso para aparelhos do grupo II que podem indicar fracções de volume até 100 % de gás	IEC 61779-5:1998 (Modificada)	EN 50058:1998 Nota 2.1	Expirou (30.6.2003)
Cenelec	EN 62013-1:2002 Luminárias de capacete para utilização em minas, onde possam existir gases inflamáveis — parte 1: regras gerais — construção e ensaio em relação ao risco de explosão	IEC 62013-1:1999 (Modificada)	NENHUMA	—

⁽¹⁾ CEN: rue de Stassart/De Stassartstraat 36, B-1050 Brussels, tel.: (32-2) 550 08 11, fax: (32-2) 550 08 19
CENELEC: rue de Stassart/De Stassartstraat 35, B-1050 Brussels, tel.: (32-2) 519 68 71, fax: (32-2) 519 69 19
ETSI: BP 152, F-06561 Valbonne Cedex, tel: (33) 492 94 42 12, fax: (33) 493 65 47 16

Nota 1: Regra geral, a data de cessação da presunção de conformidade será a data limite de anulação das normas nacionais divergentes com as EN (dow), estabelecida pelo Organismo Europeu de Normalização, mas chama-se a atenção dos utilizadores destas normas para o facto de que em casos excepcionais tal pode não verificar-se

Nota 2.1: A nova norma (ou a norma alterada) tem o mesmo âmbito que a norma anulada ou substituída. Na data referida, a norma anulada ou substituída deixará de conferir presunção de conformidade com os requisitos essenciais da directiva.

Nota 3: No caso de emendas a normas, a norma aplicável é a EN CCCC:YYYY, respectivas emendas anteriores, caso existam, e a nova emenda mencionada. A norma anulada ou substituída (coluna 4) consistirá então da EN CCCC:YYYY e respectivas emendas anteriores, caso existam, mas sem a nova emenda mencionada. Na data referida, a norma anulada ou substituída deixará de conferir presunção de conformidade com os requisitos essenciais da directiva.

Exemplo: para a EN 50014:1997, aplica-se o seguinte:

Cenelec	EN 50014:1997 Equipamento eléctrico para atmosferas potencialmente explosivas — regras gerais [a norma de referência é a EN 50014:1997] Emenda A1:1999 à EN 50014:1997 [a norma de referência é a EN 50014:1997 + A1:1999 à EN 50014:1997] Emenda A2:1999 à EN 50014:1997 [a norma de referência é a EN 50014:1997 + A1:1999 à EN 50014:1997 + A2:1999 à EN 50014:1997]		NENHUMA [não existe nenhuma norma anulada ou substituída] nota 3 [a norma anulada ou substituída é a EN 50014:1997] nota 3 [a norma anulada ou substituída é a EN 50014:1997 + A1:1999 à EN 50014:1997]	— — —
---------	--	--	--	-------------------------

Aviso:

- Qualquer informação relativa à disponibilidade das normas pode ser obtida quer junto dos organismos europeus de normalização quer junto dos organismos nacionais de normalização que figuram na lista anexa à Directiva 98/34/CE do Conselho ⁽¹⁾, modificada pela Directiva 98/48/CE ⁽²⁾
- A publicação das referências das normas no *Jornal Oficial da União Europeia* não implica que elas estejam disponíveis em todas as línguas comunitárias
- A Comissão assegura a actualização da presente lista.
- Esta lista substitui todas as listas anteriores publicadas no *Jornal Oficial da União Europeia*.

⁽¹⁾ JO L 204 de 21.7.1998, p. 37.

⁽²⁾ JO L 217 de 5.8.1998, p. 18.